

Prefácio

Durante muitos anos, a História da Expansão Portuguesa foi uma disciplina que viveu separada da História de Portugal e da História da Europa. Os investigadores que se debruçavam sobre a História do reino ou da Europa ignoravam os acontecimentos ultramarinos e não se esperava que um historiador dedicado à gesta lusitana se entendesse por entre os meandros da política portuguesa ou por entre os detalhes da diplomacia ou da estética do mundo europeu, por exemplo. Na Universidade, desde cedo se criou uma especialidade em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, primeiro como uma disciplina própria no seio da licenciatura, e depois como um mestrado autónomo e área de especialidade de doutoramento. Esta particularização do estudo do fenómeno ultramarino português contribuiu decisivamente para que se acentuasse a separação entre os designados «reinóis» e «imperiais».

Compreende-se que assim tenha sucedido há uns 60 ou 50 anos, pois o conhecimento dos factos era então muito incipiente, a historiografia ainda tinha entrado pouco nos arquivos e as pesquisas dos anos 1970, 1980 e inícios de 1990 incidiam predominantemente em monografias que nos davam a conhecer os acontecimentos com uma precisão muito diferente da que resultava da consulta das crónicas. No que se refere à Expansão Portuguesa, nos anos 1960 e 1970 predominou uma análise «colonial» preocupada sobretudo em apresentar uma narrativa sobre a acção dos Portugueses pelo mundo, sem prestar grande atenção às civilizações com quem os Portugueses interagiam e também sem uma grande atenção às repercussões da aventura ultramarina na própria Europa.

Duas obras maiores escaparam a esta visão de horizontes estreitos nos anos 1960 e 1970. A tese magistral de Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, além de enfatizar a importância da dimensão económica do fenómeno expansionista, integrava os negócios imperiais nas dinâmicas mais vastas da primeira globalização, colocando a Expansão Portuguesa como um processo de articulação entre a Europa e os mundos ultramarinos, pedindo, assim, às fontes muitas outras res-

postas diferentes à pergunta clássica «O que fizeram os portugueses?». Depois, em 1972, António Alberto Banha de Andrade brindou-nos com a obra *Mundos Novos do Mundo*, em que fez um estudo exaustivo de todos os textos escritos sobre a Expansão até ao final do reinado de D. Manuel I e da sua repercussão pela Europa. Em ambos os casos, a Expansão Portuguesa deixava de ser um processo particular, desligado da própria história da metrópole criadora do Império, para ser um fenómeno integrado nas grandes dinâmicas da história europeia e mundial. A tese de Godinho abriu caminho para inúmeros estudos de carácter económico que foram elucidando as particularidades dos negócios do Império, mas sem que, em regra, esses estudos ligassem verdadeiramente o reino ao mundo ultramarino. O trabalho de Banha de Andrade, infelizmente, ficou quase desconhecido durante muito tempo. Um outro nome merece destaque, o de Luís de Albuquerque; sem nos ter deixado uma obra mater, como os outros dois historiadores, publicou dezenas de estudos e de colectâneas documentais que renovaram a compreensão da Náutica e da Cartografia.

Deve-se a Luís Filipe Thomaz e a Artur Teodoro de Matos uma nova mudança significativa no rumo da historiografia da Expansão; Godinho tinha chamado a atenção para as questões económicas, abrindo grelhas de interpretação diversificadas que fugiam aos velhos estereótipos da Fé e do Império, mas o olhar continuava demasiado focado nos Portugueses. Ao criarem o primeiro mestrado em História dos Descobrimientos Portugueses e da Expansão Portuguesa (1984), os dois professores começaram por alargar o horizonte dos estudos pela introdução de uma série de disciplinas e de seminários que obrigavam os alunos a estudar as Histórias da Ásia, da América e de África, bem como a dos oceanos, desde as suas origens. As histórias locais entravam definitivamente em jogo no estudo da Expansão Portuguesa e a maior parte das teses de mestrado e de doutoramento defendidas na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova nos anos 1990 e na década seguinte tinham essa marca forte das histórias locais, integrando a acção dos Portugueses na lógica dos interesses de cada região do mundo com que interagem.

Espírito irrequieto e sempre insatisfeito, pelos finais dos anos 1980, Luís Filipe Thomaz abriu um novo filão, ao estudar os meandros da nobreza no reino para perceber as relações entre os nobres portugueses que construíram o Império. E assim, depois de juntar as civilizações ultramarinas ao processo expansionista luso, Thomaz começou a agregar também a história do reino ao processo expansionista, permitindo, deste modo, que este ganhasse cada vez mais a sua configuração lógica de um fenómeno global.

Nos anos 1990, a existência da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses enriqueceu sobremaneira a historiografia da Expansão, e dentre as múltiplas novidades que então emergiram, creio que a interação artística foi uma das mais importantes. A percepção de que as artes se derramaram pelo mundo em todas as direcções e a de que o exótico vindo do Além-Mar tocou a arte europeia, contribuíram, sem dúvida, para uma maior consciência de que a Expansão é um fenómeno global, que só pode ser bem compreendido se for visto na sua plenitude, como um «mundo em movimento», na feliz expressão de John Russel-Wood.

Desde os anos 1990, muitos dos jovens historiadores que tinham começado as suas carreiras como «reinóis» ou «imperiais» foram compreendendo que não podiam trabalhar dessa forma estanque, e foram abrindo os seus olhos para uma história comum, em que os acontecimentos ultramarinos e os do reino se integram numa mesma dinâmica. Creio que a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas foi a que mais depressa procurou reflectir esta realidade no seu plano de estudos, pois da Reforma de Bolonha criou uma única especialidade de mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos.

Finalmente, importa notar que os anos 1990 assistiram ao renascimento, em Portugal, do interesse pelos estudos biográficos, que ganharam um novo fôlego e um novo estatuto de respeitabilidade na década seguinte, sobretudo após a publicação da colecção das biografias dos reis de Portugal (2005-2007).

*

A tese de Nuno Vila-Santa sobre D. Luís de Ataíde insere-se, assim, nas linhas de estudos que, desde o início dos anos 1990, estudam o fenómeno da participação da nobreza na construção do Império, numa análise que, como é normal nestas abordagens, anda entre a prosopografia e a biografia, e que observa ainda o modo como a acção desses protagonistas no exterior foi condicionada pelas conjunturas locais.

Partindo de um olhar que recua até à formação da Casa de Atouguia e segue o percurso dos seus chefes e principais membros da linhagem até ao tempo de D. Luís, temos nesta primeira parte um estudo preciso e sistemático sobre uma casa nobre do Portugal quinhentista, a que se junta o estudo da relação da linhagem com a Expansão. Ao entrar na análise da biografia de D. Luís de Ataíde, o autor passa para o âmbito do Império, ciente no entanto de que D. Luís continuava a ser um grande do

Entre o Reino e o Império

reino e que os negócios da Casa prosseguiam mesmo na sua ausência. Temos depois a aprendizagem da Índia e, mais tarde, o regresso ao reino e a reentrada nos seus meandros políticos e nos da relação difícil entre o herói e o rei. Finalmente, acompanhamos o regresso de D. Luís à Índia e a crise política resultante da morte de D. Sebastião em Alcácer-Quibir.

Nuno Vila-Santa nunca se perde nestes quadros e conjunturas, complexos e diferentes, e conduz-nos pela vida da sua personagem até à sua morte. Esta obra é, pois, um contributo notável para o melhor conhecimento da história de Portugal e do seu Império nos séculos XV e XVI. Os novos elementos que agora nos são apresentados, relativos à Casa, a D. Luís e aos meandros da História política do reino e do Império são importantes pelos seus efeitos cumulativos para uma historiografia que tem de estar sempre em evolução.

João Paulo Oliveira e Costa